

A. I. N° - 020176.0813/03-6
AUTUADO - DATATEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA.
AUTUANTES - PAULO GORGE TELIS SOARES DA FONSECA e DERNIVAL BERTOLDO SANTOS
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 15. 12. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0500-04/03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovado que o contribuinte estava com sua inscrição cancelada na data da autuação. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 23/08/2003, exige ICMS no valor de R\$1.003,68, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias enquadradas na Portaria 270/93, adquiridas para comercialização, procedente de outra unidade da Federação, por contribuinte com inscrição cancelada.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fl. 15, alegando que não procede a lavratura do Auto de Infração, pois a mercadoria apreendida não é enquadrada na Substituição Tributária.

Em relação ao cancelamento de sua inscrição estadual, aduz que já providenciou sua regularização.

Ao finalizar, requer a extinção do feito com o julgamento do mérito.

Na informação fiscal, fl. 24, a auditora designada afirma que, da leitura dos autos, depreende-se que o objeto da autuação é a aquisição por contribuinte com a inscrição cancelada no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia, conforme consta no campo “Descrição dos fatos”. Sustenta que, por equívoco, no campo “infração”, além de constar a referida irregularidade, constou também falta de recolhimento do ICMS relativo a mercadorias enquadradas na Portaria 270/93.

Aduz que, conforme o artigo 19 do RPAF/99 aprovado pelo Decreto 7.629/99, não implica em nulidade do Auto de Infração o erro da indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal.

Argumenta que o contribuinte foi intimado para cancelamento em 28.06.2003 e efetivamente cancelado em 06.08.2003, através de editais publicados no Diário Oficial do Estado, pelo motivo descrito no art. 171, inciso IX do RICMS/BA, aprovado pelo Decreto 6.284/97, que se refere à situação de “quando o contribuinte deixar de atender a programações fiscais específicas, eventualmente programadas e autorizadas,” (fls. 09 e 10).

Aduz que, na data da autuação, o contribuinte se encontrava em situação cadastral irregular, portanto, legalmente impedido de comercializar.

Observa que a situação cadastral do contribuinte somente foi regularizada em 28.08.2003 (fls. 31), portanto, cinco dias após a autuação.

Ao final opina pela Procedência do Auto de Infração.

VOTO

Analisando os elementos que instruem o PAF, constatei que as Notas Fiscais n^{os} 799591 e 799593, foram emitidas em 20/08/03, e a lavratura do Auto de Infração ocorreu 23/08/03, ocasião em que o contribuinte encontrava-se com sua Inscrição cancelada. Assim, não acato o argumento do contribuinte que já teria regularizado sua inscrição estadual e que as mercadorias não estão enquadrada na substituição tributária, uma vez que a regularização da Inscrição Estadual somente ocorreu em 28.08.03, fl. 31. Ademais a obrigação de regularidade no cadastro de contribuinte é indispensável para realização de qualquer operação comercial.

Desta situação, a legislação estabelece que o tratamento para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou para mercadoria sem destinatário certo, ou seja, no primeiro posto fiscal de fronteira deverá o contribuinte efetuar o pagamento do imposto.

Determina, o art. 125, inciso II, “a”, do RICMS/97, ao tratar dos prazos e momentos para recolhimento do ICMS por antecipação, que o imposto será recolhido pelo próprio contribuinte ou pelo responsável, na entrada no território deste Estado, de mercadorias destinadas a ambulantes, enquadradas no regime de substituição tributária, ou à contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo.

Logo, entendo que o procedimento dos auditores autuantes ocorreu em conformidade com a legislação vigente, pois ficou comprovado que na autuação a inscrição do contribuinte estava cancelada.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **020176.0813/03-6**, lavrado contra **DATATEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.003,68**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de dezembro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR